

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.626 - CE (2019/0296102-1)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
SUSCITANTE : JUÍZO FEDERAL DA 33ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 19ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SALVADOR - SJ/BA
INTERES. : CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO DA BAHIA - CRA/BA
ADVOGADO : EUBER LUCIANO VIEIRA DANTAS - BA020568
INTERES. : MARILIA MARTINS DOS SANTOS VERDIN

DECISÃO

Trata-se de Conflito Negativo de Competência instaurado entre o Juízo Federal da 33ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Ceará/CE e o Juízo Federal da 19ª Vara da Seção Judiciária de Salvador/BA, nos autos da Execução Fiscal proposta pelo Conselho Regional de Administração da Bahia.

A ação foi proposta no Juízo Federal da Seção Judiciária da Bahia que, de ofício, determinou a remessa dos autos para o Juízo Federal da Seção Judiciária de Fortaleza/CE, sob o argumento de que o domicílio da parte executada fica nessa cidade (fls. 16-17, e-STJ).

Recebidos os autos pelo suscitante, este instalou o Conflito de Competência sob o argumento de que não é competente, em razão do entendimento firmado na Súmula 33 do STJ (fl.3 , e-STJ).

Dispensada a manifestação do MPF uma vez que a matéria já está consolidada no STJ.

É o relatório.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 2.10.2019.

Na hipótese em exame, a fixação da competência entre os Juízos suscitante e suscitado obedece unicamente ao critério territorial. Em outras palavras, a competência é relativa. Daí porque, de acordo com a Súmula 33/STJ, caberia às partes arguir a matéria, por meio de exceção, sob pena de prorrogação da competência.

Veja-se, a propósito:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. DOMICÍLIO DO DEVEDOR. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. INCOMPETÊNCIA RELATIVA NÃO PODE SER DECLARADA DE OFÍCIO. SÚMULA 33/STJ. AUSÊNCIA DE EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA. SÚMULA 58/STJ.

1. O foro competente para o ajuizamento da execução fiscal será o domicílio do réu, consoante a disposição contida no artigo 578, caput, do Código de Processo Civil. Por se tratar de competência relativa, a

competência territorial não pode ser declarada ex officio pelo Juízo. Esse entendimento se consolidou com a Súmula 33 do Superior Tribunal de Justiça, in verbis: "A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício."

2. Na hipótese de execução fiscal proposta fora do domicílio do devedor, compete exclusivamente ao executado se valer da exceção de incompetência, para afastar a competência de Juízo relativamente incompetente.

3. Ademais, a posterior mudança de domicílio do executado não influi para fins de alteração de competência, conforme teor da Súmula 58 do Superior Tribunal de Justiça, in verbis: "Proposta a execução fiscal, a posterior mudança de domicílio do executado não desloca a competência já fixada."

4. Conflito de competência conhecido para declarar a competência do Juízo Federal de Sinop - SJ/MT, o suscitado.

(CC 101.222/PR, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 11/3/2009, DJe 23/3/2009)

Nesse mesmo sentido, destacam-se, ainda, as seguintes decisões monocráticas: CC 141.825/SP, Relª. Ministra Assusete Magalhães, DJe 3/5/2016; CC 144.001/SP, Rel. Ministro Gurgel de Faria, DJe 2/5/2016.

Ante o exposto, **conheço do conflito e declaro competente para processar e julgar a execução o Juízo Federal da 19ª Vara da Seção Judiciária de Salvador/BA**

Dê-se ciência aos Juízos envolvidos.

Publique-se.

Brasília (DF), 11 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator